



**CASA DA MOEDA DO BRASIL**

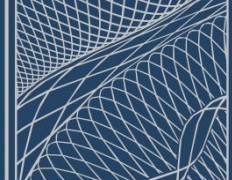
**EDITAL CMB PREGÃO ELETRÔNICO**

(Processo Administrativo n.º 18750.009317/2025-51)

SEELC – Seção de Editais e Licitações

DEGEC – Departamento de Contratações

DIGES – Diretoria de Gestão



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026

(Processo Administrativo n.º 18750.009317/2025-51)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a CASA DA MOEDA DO BRASIL, por meio do Departamento de Contratações, sediado(a) na Rua René Bittencourt n.º 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço global, pelo modo de disputa aberto**, nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como instruções normativas que a regulem, aplicáveis exclusivamente ao procedimento da licitação e no que for compatível com o Regime das Estatais, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Regulamento de Licitações e Contratos da CMB e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 14 de Abril de 2026

Horário: 10:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

Unidade Compradora: 179083

### 1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, calibração com rastreabilidade RBC e substituição de peças das balanças industriais, operacionais e laboratoriais da Casa da Moeda do Brasil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema do Portal de Compras do Governo Federal e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital.



## 2. DO CREDENCIAMENTO

- 2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 2.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado pela licitante no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 2.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.6 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 2.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 2.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular



no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018.

- 3.1.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.2 Cada representante somente poderá representar uma única licitante na disputa de cada item, lote ou grupo.
- 3.3 Não poderão participar desta licitação os interessados que:
- I. se enquadrem em alguma das vedações previstas na legislação, especialmente na Lei nº 13.303, de 2016, notadamente em seu artigo 38, bem como na Lei nº 14.133, de 2021, notadamente em seu artigo 14;
  - II. estejam sob falência ou em processo de dissolução;
  - III. estejam em recuperação judicial, salvo se amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdãos nºs 8.271/2011 – 2ª câmara e 1201/2020 – Plenário);
  - IV. estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CMB;
  - V. tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal;
  - VI. estejam proibidos de licitar e contratar com a Administração Pública bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos de leis esparsas;
  - VII. possuam em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão;
  - VIII. estejam organizados sob a forma de consórcio;
  - IX. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CMB ou com agente público que desempenhe



função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4 Será permitida a participação de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos subitens a seguir.

3.4.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.4.2 O Licitante optante do Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá beneficiar-se da condição de optante.

3.4.2.1 Na hipótese do subitem anterior deste Edital, uma vez celebrado o instrumento de contratação, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

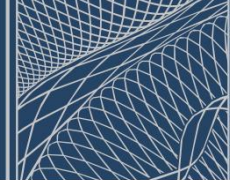
3.4.3 O Licitante optante do Simples Nacional, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei



Complementar nº 123, de 2006, ao longo da vigência do instrumento de contratação.

- 3.4.3.1 Se o Licitante optante do Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 ao longo da vigência do instrumento de contratação, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.4.4 Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento de contratação fundamentados na alteração de regime tributário decorrente dos itens 3.4.1.1 e 3.4.2.1 deste Edital, devendo o Contratado arcar com eventuais custos decorrentes desta alteração.
- 3.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 3.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 3.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
    - 3.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  - 3.5.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, no caso de licitante organizado em cooperativa;
  - 3.5.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
  - 3.5.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - 3.5.5 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

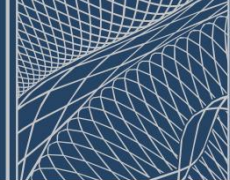




- 3.5.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 3.5.7 que a proposta foi elaborada de forma independente;
  - 3.5.8 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 3.5.9 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às consequências e sanções previstas em lei e neste Edital.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS LANCES

- 4.1 Na presente licitação a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.
- 4.2 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e seguindo-se o modelo do Anexo II, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.
  - 4.2.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
  - 4.2.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
  - 4.2.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
  - 4.2.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



- 4.3 O cadastro da proposta no sistema implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de erros, omissões ou desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.
- 4.4 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme subitem 4.2 deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, no papel timbrado da empresa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos, ou entrelinhas, sendo datada e assinada digitalmente (por certificado digital) por seu representante legal ou procurador constituído, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 4.5 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

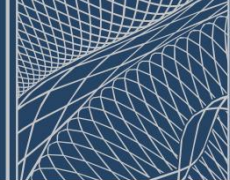
## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1 Na data e no horário de abertura da sessão pública o sistema a abrirá automaticamente, sem qualquer ingerência do Pregoeiro.
- 5.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.





- 5.6 Os lances serão ofertados pelo **menor preço global**, devendo a licitante após a negociação e na contratação apresentar as planilhas de composição de custos unitários do serviço licitado.
- 5.7 O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 5.7.1 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
    - 5.7.1.1 Lance inconsistente: aquele cujo valor seja incoerente em relação à quantidade ou à qualidade do item licitado; e
    - 5.7.1.2 Lance inexecutável: aquele que represente preço simbólico, irrisório ou igual a zero.
  - 5.7.2 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1 (um) %.
  - 5.7.3 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 5.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.10 Para o envio de lances na sessão pública será adotado o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
  - 5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 5.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.
- 5.10.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.14 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.15 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.16 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



- 5.17 A licitante melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 5.19 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20 Somente poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.
- 5.20.1.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei 13.303/2016 c/c art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida. A permanecer o empate, o sorteio eletrônico será aplicado, como critério derradeiro.
- 5.21 O Pregoeiro se reserva o direito de excluir as propostas ou os lances simbólicos, irrisórios, de valor zero ou considerados manifestamente inexequível, que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.
- 5.21.1 Caso não concorde com a exclusão, a Licitante poderá manter sua proposta e eventuais lances e reingressar à fase de disputa.
- 5.21.2 A exclusão do lance não impedirá a continuidade do envio de lances pelos fornecedores.
- 5.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.22.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.



- 5.22.2 Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida
- 5.23 O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.
- 5.23.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, em função da complexidade envolvida na preparação e/ou do envio da proposta ou a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante, antes de findo o prazo, devendo informar a referida providência no chat da licitação.
- 5.24 A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)) para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME-EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame extrapola o limite máximo de faturamento previsto no art. 3º da Lei complementar nº 123, de 2006.
- 5.24.1 Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio no sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.
- 5.24.2 Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 ou, ainda, tenha celebrado no ano-calendário de realização da licitação.

## 6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 6.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar realizando a verificação de sua conformidade quanto à sua adequação



ao objeto, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e seus anexos, e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.1.1 Será considerada vencedora do certame licitatório a licitante que apresentar o menor preço total global resultante da planilha de preços constantes do ANEXO II.

6.1.1.1 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.

6.2 Será desclassificada a proposta:

6.2.1 que contenha vício(s) insanável(is);

6.2.2 com valor superior ao valor estimado;

6.2.2.1 para efeitos do subitem acima, será considerado o valor estimado de cada item pertencente à proposta nos termos dispostos no ANEXO II.

6.2.3 que apresentar preço manifestamente inexequível;

6.2.4 não apresentarem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência ou projeto básico, inclusive às relacionadas à marca e/ou modelo, conforme documento Recomendação Técnica ou Justificativa Técnica, assinalados como únicos capazes de atender o objeto do contrato; ou

6.2.5 Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro(a).

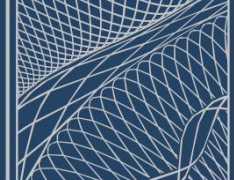
6.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.4 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.5 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.



- 6.6 A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 6.7 Havendo indícios de inexecutabilidade do(s) valor(es) ofertado(s) ou custo(s) que compõe(m) a proposta, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:
- 6.7.1 comprovar sua executabilidade; ou
  - 6.7.2 ajustar o(s) custos(s) orçados(s), apresentando planilha de preço readequada, respeitando, em todo caso, o valor da sua proposta (Acórdão 2.546/2015 – Plenário e 7618/2020 - TCU – 1ª Câmara), com as respectivas justificativas para o(s) ajuste(s) realizado(s).
    - 6.7.2.1 Optando por comprovar a executabilidade de sua proposta, o Licitante deverá apresentar justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade do(s) valor(es) e custo(s) ofertados com os custos e despesas necessários à integral execução do objeto.
- 6.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.8.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
  - 6.8.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado de ofício ou por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  - 6.8.3 Para a contagem de prazo de trata o item anterior não será considerado o tempo de eventual suspensão da sessão pública realizada pelo Pregoeiro.
- 6.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



- 6.9.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, inclusive negociando os valores, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 6.11 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 6.12 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, inclusive para a realização de diligências, o Pregoeiro informará a data e horário de retorno ou, no caso de impossibilidade, a reiniciará mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.
- 6.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro passará à fase de **verificação da habilitação do licitante**, observado o disposto neste Edital.

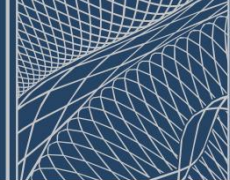
## 7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 SICAF;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.transparenciapublica.gov.br/>);
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 7.1.4 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)





- 7.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.1.6 Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para o levantamento de conjunto de indício, analisando eventual configuração da tentativa de fraude ou burla ao sancionamento por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.1.6.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção/impedimento ou declaração de inidoneidade, compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica ou de recursos humanos, identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos, identidade de telefones, e-mail's, contadores e demais informações de contrato, dentre outros.
- 7.1.6.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos nos subitens anteriores, o Pregoeiro registrará, no *chat*, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e ampla defesa, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.
- 7.1.7 Constatada a existência de sanção ou a tentativa de fraude ou burla dos efeitos de sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro (I) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação e (II) relatará o fato à autoridade competente para instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.
- 7.2 O Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, conforme disposto no artigo 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022.



- 7.2.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 7.2.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.3 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018 deverão apresentar a seguinte documentação de habilitação, após solicitação do Pregoeiro:

**7.3.1 Habilitação jurídica:**

- 7.3.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.3.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.3.1.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.3.1.4 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da IN DREI nº 10/2013;
- 7.3.1.5 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da



respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.3.1.6 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, Decreto de autorização e, quando a atividade assim o exigir, Ato de registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

7.3.1.7 No caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

7.3.1.8 Todos os documentos acima devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **7.3.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

7.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.3.2.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e as inscrições em Dívida Ativa da União junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014 do domicílio ou sede da licitante;

7.3.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.2.4 as licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.

### **7.3.3 Qualificação econômico-financeira:**

7.3.3.1 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no **nível da Qualificação econômico-financeira**, conforme Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

7.3.3.1.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.3.3.1.1.1 A licitante poderá substituir a certidão negativa de recuperação judicial pela certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta



econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

- 7.4 Os documentos para habilitação na presente licitação serão apresentados via sistema apenas pela licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento, após solicitação do Pregoeiro, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, prorrogáveis por igual período.
- 7.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 7.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos nos subitens acima em função da complexidade envolvida na preparação do envio, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante, antes de findo o prazo, devendo informar a referida providência no *chat* da licitação.
- 7.7 As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 180 (cento e oitenta) dias de antecedência da data de sua apresentação.
  - 7.7.1 Não se enquadram no subitem anterior documentos tais como o Registro Comercial, Estatuto ou Contrato Social e documentos similares, evidentemente pois sua validade se encerra com a emissão de suas respectivas novas versões.
- 7.8 Ao(À) Pregoeiro(a) é reservado o direito de solicitar consulta e emitir os documentos que se encontram disponíveis nos respectivos endereços eletrônicos via Internet, no decorrer da licitação, para verificar as condições de habilitação das licitantes, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
- 7.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
  - 7.9.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.10 Após declarada a licitante vencedora, caso a proposta mais vantajosa tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à



regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

- 7.10.1 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 7.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando a data e horário de retorno ou, no caso de impossibilidade, o reinício condicionado a aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.
- 7.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 7.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.13.1 Complementação de informações necessárias para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e/ou que comprovem condição atendida pela licitante através de documentos não apresentados por equívoco ou falha na juntada, adotando-se o princípio do formalismo moderado;
- 7.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.14 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.
- 7.16 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de **15 (quinze) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento das propostas,



após à habilitação ou inabilitação de licitação e em decorrência de anulação ou revogação da licitação.

- 8.2 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata da Sessão Pública.
- 8.3 As demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- 8.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema.
- 8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 8.6 Quanto o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo do subitem 8.1, sob pena de preclusão.
- 8.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
  - 8.8.1 A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 8.9 A vista dos autos do processo desta licitação poderá ser solicitada ao pregoeiro, pelo e-mail [licitacoes@cmb.gov.br](mailto:licitacoes@cmb.gov.br).

## 9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente definida pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CMB para adjudicar o objeto



e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. DO CONTRATO

- 10.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação por e-mail, para assinar o Instrumento Contratual de forma digital, preferencialmente com certificação ICP-Brasil, podendo ser utilizado o portal de assinatura digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI (<https://assinador.iti.br/assinatura/indez.xhtml>), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.1.1 O prazo previsto no subitem acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela CMB.
- 10.2 O Instrumento Contratual deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 10.3 Como condição de contratação deverão ser apresentadas todas e quaisquer licenças, alvarás e autorizações pertinentes à atividade objeto, bem como, quando for o caso, o respectivo registro do profissional responsável no órgão de classe competente.
- 10.3.1 Constitui-se condição de contratação a ausência de registros perante o Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal.
- 10.4 Na assinatura do Instrumento Contratual, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital e/ou Termo de Referência/Especificação dos Serviços, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 10.5 Na hipótese de a Adjudicatária não comprovar a manutenção das condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o instrumento de contratação, a CMB, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após analisada a proposta, feita a negociação e comprovado o atendimento dos requisitos para habilitação e eventuais documentos complementares, assinar o instrumento de contratação.





## **11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1 As regras acerca da garantia de execução do instrumento de contratação são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **12. DO REAJUSTE**

- 12.1 Os critérios de reajuste são os estabelecidos no instrumento de contratação, que segue como parte integrante deste Edital, no Anexo IV.

## **13. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 13.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização são aqueles previstos no Termo de Referência – ANEXO I e no Instrumento Contratual – ANEXO IV.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CMB**

- 14.1 As obrigações da CMB são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

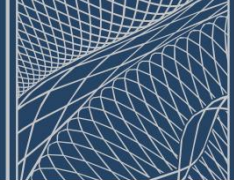
- 15.1 As obrigações da CONTRATADA são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **16. DO PAGAMENTO**

- 16.1 As regras acerca do pagamento são aquelas previstas no Termo de Referência – ANEXO I e no Instrumento Contratual – ANEXO IV.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, a licitante/adjudicatária que, com dolo ou culpa:



- 17.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 17.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 17.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 17.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 17.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
  - 17.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 17.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 17.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 17.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 17.1.5 fraudar a licitação;
- 17.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 17.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 17.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 17.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre



os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, às seguintes sanções:

17.3.1 Advertência;

17.3.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMB, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.4 As penalidades de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a CMB poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.

17.5 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite da proposta.

17.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária.

17.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, o contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303, de 2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no instrumento de contratação.

17.11 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Administração de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.

17.11.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá a licitante pela sua diferença, a qual será descontada dos



pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente nos termos dos artigos 82, §§ 2º e 3º, e 83, § 1º, da Lei 13.303, de 2016.

- 17.12 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue assinado digitalmente pelo representante da contratada ou seu procurador devidamente constituído, em até **10 (dez) dias úteis**, contrarrecibo, ao Departamento de Contratações (DEGEC), que o receberá através da Seção de Emissão de Contratos (SEECT) pelo e-mail [seect@cmb.gov.br](mailto:seect@cmb.gov.br).

## 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 18.1 Até **05 (cinco) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 18.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@cmb.gov.br](mailto:licitacoes@cmb.gov.br) c/c [juliana.coelho@cmb.gov.br](mailto:juliana.coelho@cmb.gov.br); devendo ser informado no campo “assunto” a modalidade e o número desta licitação (Pregão Eletrônico CMB nº xxx/20## – [OBJETO] A/C Pregoeiro xxxxx).
- 18.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 18.5 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, bem como responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.
- 18.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 18.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

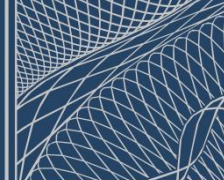


## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 19.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 19.3 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 19.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.5 A qualquer tempo poderá a CMB negociar com a Licitante, com a finalidade de obtenção de proposta mais vantajosa.
- 19.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e à luz do princípio do formalismo moderado, desde que não comprometam o interesse da CMB, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras do Governo Federal, prevalecendo os normativos regulamentares da CMB, inclusive este Edital, no que toca à disciplina da fase preparatória da contratação, atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos de envio da documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação.
- 19.8 As limitações operacionais porventura existentes Sistema Eletrônico Compras do Governo Federal decorrentes de imposições normativas no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG de que trata o Decreto nº 1.094/1994, não vinculam a CMB, podendo ser adotadas medidas para sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.



- 19.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CMB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CMB.
- 19.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.12 É vedado à CMB, à licitante e a seus empregados, prepostos e gestores: a) frustrar, fraudar mediante qualquer expediente o caráter competitivo do procedimento licitatório público; ou b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 8420/2015, e suas alterações, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Edital.
- 19.13 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste procedimento licitatório poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico [www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br) ou por meio de correio eletrônico [ouvidoria@cmb.gov.br](mailto:ouvidoria@cmb.gov.br)), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.
- 19.14 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br).
- 19.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.16.1 ANEXO I – Termo de Referência
  - 19.16.2 ANEXO II – Cláusulas e condições para elaboração da proposta
  - 19.16.3 ANEXO III – Minuta de procuração
  - 19.16.4 ANEXO IV – Instrumento Contratual - Minuta do Contrato

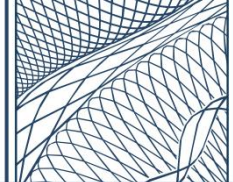


Rio de Janeiro, RJ, 19 de Março de 2026

**Assinatura da Autoridade Competente**

**Edital publicado pelo Pregoeira.**





## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência estabelece as condições técnicas, operacionais e administrativas para a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva, manutenção corretiva, calibração com rastreabilidade RBC e substituição de peças das balanças industriais, operacionais e laboratoriais da Casa da Moeda do Brasil, conforme conteúdo integral dos seguintes anexos:

- a) Anexo A – Especificação Básica;
- b) Item 6 do Anexo A – Lista de Peças;
- c) Item 5 do Anexo A – Lista de Balanças.

1.2. A contratada deverá executar todos os serviços previstos nos anexos, incluindo: manutenção preventiva bimestral; manutenção corretiva sob demanda com atendimento em até 24 horas; calibração semestral com padrões rastreados à Rede Brasileira de Calibração – RBC; fornecimento, substituição e gestão de peças autorizadas; emissão de laudos, relatórios e certificados; e atendimento integral aos níveis de serviço definidos na Especificação Básica.

1.3. O objetivo da contratação é assegurar rastreabilidade metrológica, confiabilidade operacional, conformidade legal e continuidade dos processos produtivos da CMB, não se limitando a rotinas de manutenção, mas preservando a integridade funcional de todo o parque de balanças.

Objeto:

Item	Descrição/Especificação	Código CMB	U.E	Quant.	Nº da SC
1	Serviço de Manutenção de Balanças e Acessórios de impressão	S00142	SV	01	114785

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As balanças contempladas desempenham função crítica em processos produtivos, laboratoriais, fiscais e logísticos da CMB, sendo indispensáveis à conformidade técnica, à segurança operacional e à rastreabilidade dos processos internos.

2.2. A calibração periódica com rastreabilidade RBC é requisito obrigatório para garantir confiabilidade metrológica e conformidade com auditorias internas e externas.

2.3. A manutenção preventiva reduz falhas, deriva metrológica e paralisações operacionais. A manutenção corretiva restabelece a operação plena, evitando prejuízos e improdutividade.



2.4. A substituição de peças, conforme limites, regras e controles previstos no Anexo A, é fundamental diante do desgaste natural, obsolescência e indisponibilidade de componentes.

2.5. A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços de manutenção e calibração das balanças da Casa da Moeda do Brasil, garantindo a regularidade operacional, a rastreabilidade metrológica e o atendimento às exigências normativas e auditoriais aplicáveis.

### 3. ESCOPO TÉCNICO DOS SERVIÇOS

3.1. A execução técnica seguirá rigorosamente os critérios estabelecidos na Especificação Básica (Anexo A), incluindo:

#### **a) Manutenção preventiva**

Bimestral, compreendendo limpeza técnica, lubrificação, inspeções elétricas e mecânicas, testes funcionais e ajustes recomendados pelos fabricantes e práticas metrológicas aplicáveis.

#### **b) Manutenção corretiva**

Atendimento em até 24 horas após solicitação formal, com diagnóstico, substituição de peças autorizadas, testes pós-reparo, emissão de laudo técnico e normalização completa do equipamento.

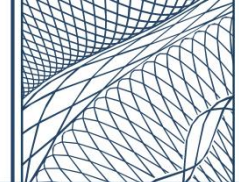
#### **c) Troca e fornecimento de peças**

Obedecerá integralmente aos itens 6.0 a 6.23 do Anexo A.

- As peças previstas no Item 6 do Anexo A serão fornecidas conforme valores e quantidades definidos.
- O ressarcimento de peças não previamente especificadas observará o limite global de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos deste Termo de Referência e do Anexo I.
- O controle mensal de utilização desse limite será acompanhado pela fiscalização contratual, não podendo ultrapassar o teto global estabelecido.
- As peças substituídas deverão ser entregues ao gestor para descarte ou destinação adequada.
- As peças fornecidas deverão ser novas, originais ou equivalentes autorizadas, vedada a utilização de componentes reconicionados sem anuência formal da CMB.
- As peças substituídas terão garantia mínima de 6 (seis) meses, sem custo adicional.
- A contratada deverá comunicar formalmente eventual obsolescência ou descontinuidade de peças.

Peças, componentes e materiais poderão ser adquiridos mediante comprovação técnica da necessidade, com a finalidade de assegurar a disponibilidade, a confiabilidade e a continuidade operacional dos equipamentos abrangidos pelo contrato.

Fica estabelecido limite contratual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato para fornecimento eventual de peças não previamente especificadas na Especificação Técnica, mas cuja necessidade venha a surgir durante a execução dos serviços.



O referido limite contratual destina-se exclusivamente a atender substituições não previamente estimáveis no momento da definição do escopo, tais como desgastes naturais, falhas ou ocorrências emergenciais.

Tal mecanismo visa assegurar a continuidade dos serviços e mitigar riscos operacionais, evitando a necessidade de instauração de procedimento autônomo de contratação para cada demanda pontual devidamente autorizada. O modelo adotado encontra precedência em contratação anterior de mesma natureza, cuja execução demonstrou adequação técnica e equilíbrio econômico-financeiro.

Toda e qualquer utilização desse limite contratual deverá ser precedida de laudo técnico ou justificativa formal elaborada pelos Fiscais do Contrato, com detalhamento da falha, da peça necessária, da urgência e da relação direta com a manutenção dos equipamentos. Após essa análise, caberá ao Gestor do Contrato autorizar ou não a aquisição, resguardando o interesse público e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em hipótese alguma o limite de 25% (vinte e cinco por cento) poderá ser ultrapassado. Qualquer eventual extrapolação deverá ser tratada como nova demanda, sujeita a processo próprio, conforme normas internas e legislação aplicável.

#### **d) Calibração com rastreabilidade RBC**

A calibração será semestral, executada com padrões metrológicos adequados, com certificado emitido por laboratório acreditado RBC/INMETRO, com escopo vigente compatível com o instrumento calibrado.

O Certificado de Calibração deve conter obrigatoriamente:

- incerteza expandida;
- erro máximo permitido;
- repetibilidade;
- linearidade;
- condições ambientais;
- rastreabilidade completa dos padrões;
- metodologia utilizada conforme padrões metrológicos (ISO 17025, GUM).

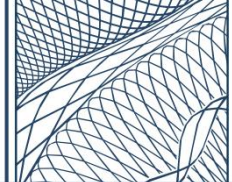
3.2. Certificados inconsistentes, incompletos ou sem rastreabilidade RBC serão automaticamente rejeitados, com obrigação da contratada refazer o serviço sem custo adicional.

3.3. Toda substituição de peça requer autorização formal do gestor/fiscal.

3.4. A contratada deverá manter registros históricos de atendimentos, calibrações, peças substituídas e não conformidades.

## **4. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços serão executados nas dependências da Casa da Moeda do Brasil, localizada à Rua René Bittencourt, 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro (RJ), observando-se integralmente os



procedimentos de segurança, controle de acesso, áreas restritas e acompanhamento por fiscais designados.

4.2. Serviços externos somente ocorrerão quando tecnicamente indispensáveis e mediante autorização, devendo observar:

- acondicionamento adequado;
- lacres e registros de movimentação;
- prazos definidos;
- devolução em condições plenas de operação.

## **5. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, GLOSAS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

5.1. A fiscalização acompanhará a execução e poderá:

- a) aprovar ou rejeitar peças, certificados e relatórios;
- b) exigir correções imediatas;
- c) registrar não conformidades;
- d) interditar equipamentos que apresentem risco ou falha metrológica;
- e) solicitar reaplicação de calibração sem ônus à CMB.

5.2. Glosas serão aplicadas conforme SLAs do Anexo A, abrangendo atrasos, falhas técnicas, peças inadequadas, certificações inválidas ou qualquer inexecução.

5.3. Serão glosados serviços não autorizados, laudos inconsistentes, ausência de documentação ou peças sem rastreabilidade.

5.4. O descumprimento reiterado ou substancial dos níveis de serviço definidos no Anexo I poderá caracterizar inadimplemento contratual, sujeitando a Contratada às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, independentemente das glosas previstas.

## **6. DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado pela CMB em até 30 dias consecutivos após apresentação da Nota Fiscal.

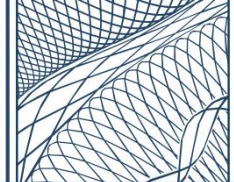
6.2. O pagamento somente será autorizado após o atesto do Fiscal do Contrato e do Gestor.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CMB**

7.1. Receber e verificar o objeto.

7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução.

7.3. Comunicar irregularidades.



7.4. Efetuar o pagamento conforme contrato.

7.5. A CMB não se responsabiliza por obrigações trabalhistas, fiscais ou comerciais da contratada.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Cumprir o contrato integralmente.

8.2. Executar o serviço conforme especificações.

8.3. Responder por vícios, danos e falhas.

8.4. Refazer serviços reprovados sem ônus.

8.5. Informar impossibilidades justificadas.

8.6. Manter habilitação jurídica, técnica e fiscal vigente.

8.7. Indicar preposto para comunicação com a CMB.

8.8. Participar das reuniões de inicialização do contrato e pontuais.

## **9. GARANTIA**

9.1. Peças substituídas terão garantia mínima de 6 meses.

9.2. Serviços não conformes serão refeitos sem custo em até 24 horas.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. É vedada subcontratação sem anuência formal da CMB.

10.1.1 Será admitida, exclusivamente, a subcontratação da etapa de calibração metrológica, quando realizada por laboratório acreditado RBC/INMETRO, permanecendo sob responsabilidade integral da contratada principal a execução das manutenções preventivas e corretivas, bem como a gestão contratual do objeto.

10.1.2 Não será admitida subcontratação ampla ou da parcela majoritária do serviço, mas apenas da atividade técnica específica que exige acreditação formal perante a RBC.

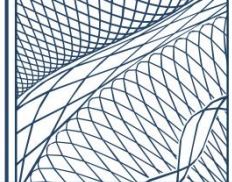
10.2. Fusão, cisão ou incorporação serão aceitas se mantidas as condições de habilitação e execução.

## **11. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

11.1. O DEMAN designará fiscalização.

11.2. A fiscalização não exime a contratada de responsabilidade.

11.3. Todas as ocorrências devem ser registradas em relatório.



## **12. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não será exigida garantia contratual.

## **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Configuram infração: inexecução, atraso, fraude, conduta ilícita ou descumprimento contratual.

13.2. Sanções incluem advertência, multa e suspensão.

13.3. Falta de envio de FDS implicará multa.

13.4. Falta de envio de certificados implicará penalidades.

13.5. Penalidades podem acumular-se.

13.6. Multas observarão limites contratuais.

13.7. Condutas ilícitas seguirão art. 83 da Lei 13.303/16.

13.8. A contratada terá contraditório e ampla defesa.

13.9. Gravidade e dano serão considerados.

13.10. A contratada responde por danos causados.

13.11. Penalidades serão registradas no SICAF.

13.12. Multas devem ser recolhidas em até 10 dias úteis.

## **14. VIGÊNCIA**

14.1. Vigência inicial de 12 meses, prorrogável até 60 meses.

## **15. DO SERVIÇO**

15.1. O serviço engloba:

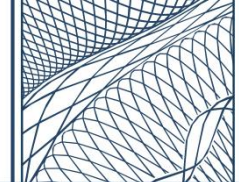
- a) limpeza técnica;
- b) lubrificação;
- c) inspeção mecânica;
- d) inspeção elétrica;
- e) testes;
- f) ajustes;
- g) calibração RBC;
- h) certificação RBC completa;
- i) aplicação de etiquetas;
- j) relatório técnico.

15.2. Contratada deverá comprovar que as calibrações serão realizadas por laboratório acreditado RBC/INMETRO, admitida a subcontratação mediante anuência formal da CMB.

15.3. Os serviços serão executados nos moldes do Anexo A.

## **16. ANEXOS**

**Anexo A** – Especificação Básica



## ANEXO A

### ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS

#### 1. OBJETO

Contratação de prestação de serviços de Calibração com manutenção Preventiva e Corretiva de **75** balanças da Casa da Moeda do Brasil, Calibração com emissão de certificado com rastreabilidade à Rede Brasileira de Calibração (RBC/INMETRO), devendo as calibrações ser realizadas por laboratório acreditado pela RBC/INMETRO, com escopo vigente compatível com o instrumento calibrado, constituindo tal exigência condição de execução contratual.

#### 2. INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade, especificar os serviços de Calibração com Preventiva e Corretiva das balanças de modo a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos contidos nesta especificação, em conformidade com as normas e legislações vigentes no país.

Os serviços visam a atender a todas as áreas da empresa as quais façam uso de tais equipamentos.

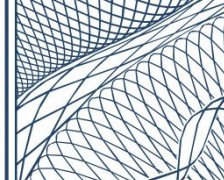
#### 3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Calibração com Preventiva e Corretiva das balanças da Casa da Moeda do Brasil, com emissão de certificado INMETRO/RBC, por firma acreditada junto àquele órgão.

#### 4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- ✓ Limpeza geral dos equipamentos;
- ✓ Lubrificação das partes mecânicas dos equipamentos;
- ✓ Verificação de desgastes de peças dos equipamentos;
- ✓ Verificação das tensões elétricas dos equipamentos;
- ✓ Testes de funcionalidade dos equipamentos;
- ✓ Testes com pesos padrões, calibrados por Laboratórios pertencentes a Rede Brasileira de Calibração (RBC);
- ✓ As Calibrações devem ser feitas após eventuais ajustes, sempre que houver necessidade;
- ✓ Fixação de etiquetas de verificação no equipamento, sempre que houver intervenção;

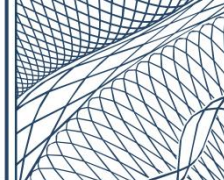




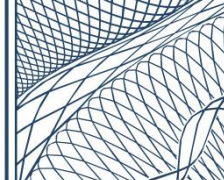
- ✓ Todo e qualquer serviço adicional ou complementar que se fizer necessárias à sua perfeita e completa execução para os equipamentos constantes no Anexo A.

## 5.DESCRICÃO DOS EQUIPAMENTOS

EQUIPAMENTOS DO DEMOM							
ITE M	FABRICANT E	MODELO	SÉRIE	CAPA C.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
1	TOLEDO	3400	306100681 7	10 KG	0,001 KG	SEMOE/DEMOM/2306	27072
2	TOLEDO	3400	99613190	5 KG	0,001 KG	SEMOE/DEMOM/2306	25409
3	TOLEDO	3400	99613187	5 KG	0,001 KG	SEMOE/DEMOM/2306	25408
4	TOLEDO	3400	306100681 6	5 KG	0,001 KG	SEMOE/DEMOM/2306	27069
5	TOLEDO	3400	99613188	10 KG	0,002 KG	SEMOE/DEMOM/2306	25411
6	TOLEDO	3400	506101021 6	10 KG	0,002 KG	SEMOE/DEMOM/2306	28969
7	TOLEDO	3400	506101021 8	10 KG	0,002 KG	SEMOE/DEMOM/2306	28923
8	TOLEDO	2098	10294989	60 KG	0,01 KG	SEMAT/SETORIAL DEMOM/2451	37197/417 9
9	BRAPENTA	CW – PB	16761- 018/11	50KG	0,001 KG	SEMOE/DEMOM/2306	35902
10	BRAPENTA	CW –PB	16761- 01A/11	50 KG	0,001 KG	SEMOE/DEMOM/2306	35887

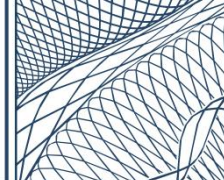


11	SARTÓRIUS	L2200S	S/Nº	2200 G	0,1G/0,01 G	SEMED/DEMOM/2433	16524
12	METTLER	PC16	A36139	16000 G	1 G/0,1 G	SEMED/DEMOM/2439	11593
13	METTLER	PE16	48850-058-15	16000 G	0,1 G	SEAMM/COFRE DEMOM/2435	15428
14	SVENSKA	SWI5500	100427	15 KG	0,005 KG	SEMOE/DEMOM/2306	38498/5504
15	SVENSKA	SWI5500	100319	15 KG	0,005 KG	SEMOE/DEMOM/2306	38444/5092
16	SVENSKA	SWI5500	100431	15 KG	0,005 KG	SEMOE/DEMOM/2306	38462/5098
17	SVENSKA	SWI5500	110425	15 KG	0,005 KG	SEMOE/DEMOM/2306	38480/5502
18	SVENSKA	SWI5500		15 KG	0,005 KG	SEMOE/DEMOM/2306	38446/8316
19	BELMARK	L16001	BE1500373	16KG	0,001KG	SEMED/DEMOM/2433	17825
20	BELMARK	L303i	BR1402286	310KG	0010G	SEMED/DEMOM/2439	29109
21	SVENSKA	SWI5500	110426	15 KG	0,005 KG	SEMOE/DEMOM/2306	8310
22	KNWaagen	KN1100/2	H0019/2018	1100g	0,5g	SEMED/DEMOM/2439	33895
23	KNWaagen	KN1100/3	H0018/2019	1100g	0,5g	SEMED/DEMOM/2439	33896
24	KNWaagen	KN1100/4	H0020/2020	1100g	0,5g	SEMED/DEMOM/2439	33897



25	KNWaagen	KN300	H0017/201 8	300g	0,001g	SEMED/DEMOM/2439	33185
26	METTLER TOLEDO	XPR15002L/A	C31391629 7	15100g	0,01g	COFRE/DEMOM/ SEAMM R. 2435	33750
EQUIPAMENTOS DO DEGER							
ITE M	FABRICANT E	MODELO	SÉRIE	CAPA C.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
27	TOLEDO	2090	503301378 5	50 KG	0,005 KG	SEADG/COFRE/2204	34246
28	LÍDER	B-650	15128	2000 KG	0,5 KG	DEGER/SEADG/2840	36934
29	FILIZZOLA	BC1505	13233	15 KG	0,005 KG	DEGER/SEIMG/2427	15182
30	SARTÓRIU S	QC34EDE-S	70601727	34000 G	0,5 G	DEGER/SEIMG/2427	1756 - 24954
31	SARTÓRIU S	CP34001 S		34KG		DEGER/SEABC/CARTÃO/2474	35309
32	SISPESA	WT1000		100 KG	0,4G	DEGER/SEADG/COFRE/2204	22545

EQUIPAMENTOS DO DECED							
ITE M	FABRICANT E	MODELO	SÉRIE	CAPA C.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
33	MICHELETT I	MIC100	75408/04	100 KG	0,02 KG	SEMAT-SETORIAL DECED	28439
34	DIGIPESO	DP3000/15	4072/2004	15 KG	0,005 KG	SEMAT-SETORIAL DECED	28440

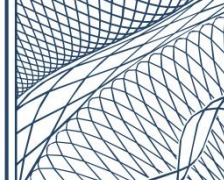


35	MARTE	AC10K	264608	10000 G	0,1 G	SEICR /REVESTIMENTO/ DECED/ 2445	26367
36	LÍDER	B-650	15124	2000 KG	0,5 KG	PESAGEM/DESCARACTERIZAÇÃO/ 2203 (DECED)	36935
37	METTLER TOLEDO		GS4001	4Kg	0,1g	SEACE / DECED / 2413	22399

EQUIPAMENTOS DO DEMAT							
ITE M	FABRICANT E	MODELO	SÉRIE	CAPA C.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
38	TOLEDO	2020	60113	50 KG	0,1 KG	SEFAM/DEMAT/2448	17119
39	TOLEDO	AR3130	122544040 6	310 g	0,001 g	SEFAM/DEMAT/2448	28246
40	METTLER TOLEDO	AB204	111639219 1	210g	0,1g	PERÍCIA/SEDPP/DEMAT/2543	5639/2430 0

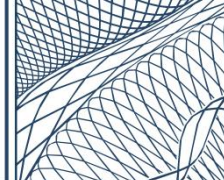
EQUIPAMENTOS DA UNICOS/DESEG							
ITE M	FABRICANT E	MODELO	SÉRIE	CAPA C.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
41	TOLEDO	2124	208200419 8	250 KG	0,05 KG	BOMBEIROS/SEPRE/2604	26855

EQUIPAMENTOS DO ALMOXARIFADO/ DELOG							
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--



ITE M	FABRICANT E	MODELO	SÉRIE	CAPA C.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
42	FILIZZOLA	BC1505	13241	15 KG	0,005 KG	SEMAT/INFLAM./2421	15175
43	TOLEDO	2098	10294988	60 KG	0,01 KG	DEGER/SETORIAL/2418	37198
44	TOLEDO	2096	407500531 8	50 KG	0,005 KG	SEMAT-ARMAZÉM 01/2758	28164
45	URANO	CP15/1	280948	15000 G	1 G	SEMAT-RECEBIMENTO/2549	10229
46	TOLEDO	2098	10294986	60 KG	0,01 KG	SEMAT-ARMAZÉM 02/2895	37193
47	TOLEDO	2098	10294987	60 KG	0,01 KG	SEMAT-ARMAZÉM 03/2728	37195
48	LÍDER	B-650	12751	3000 KG	0,5 KG	SEMAT-RECEBIMENTO/2549	37194
49	SATURNO	SBI-150150	100182	1500 KG	0,5 KG	SEMAT-INFLAMÁVEL/2421	37196
50	LIDER	B650NS2503 9		2000 KG		SEMAT-ARMAZÉM 03/2728	25911

DEMAQ							
ITE M	FABRICANT E	MODELO	SÉRIE	CAPA C.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
51	SATURNO	SBR 2404	9427	60000 KG	10 KG	PARQ. RESÍDUOS/SEGCA/2822	36931
52	LÍDER	B-650	15126	2000 KG	0,5 KG	C. .RESÍDUOS/SEGCA/2822	36932

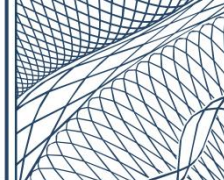


EQUIPAMENTOS DO RESTAURANTE SEZEL							
ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
53	FILIZOLA	BPS-15		15 KG	0,005 KG	SEZEL/ 2557 ou 2637	36866
54	FILIZOLA	BPS-15		15 KG	0,005 KG	SEZEL / 2557 ou 2637	36867

EQUIPAMENTOS CRECHE SEGBE/DEGEP							
ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
55	FILIZOLA	L	484103	8kg		DESPENCHA/CRECHE/SEGBE/ 2716	12554

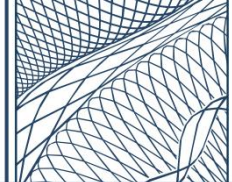
EQUIPAMENTOS DEP. MÉDICO SEMST							
ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.
56	WELMY	W200/5	20.061	200KG	0,050 Kg	ENFERMARIA/SETRA/2603	29423
57	WELMY	W200/5	16.283	200Kg	0,050Kg	ENFERMARIA/SETRA/2603	29425
58	WELMY	W200/5	20.064	200kg	0,050Kg	ENFERMARIA/SETRA/2603	316155

EQUIPAMENTOS DO DEMAT							
5960	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	LOCALIZAÇÃO	PATRIM.



59	TOLEDO	2090	103301047 4	50 KG	0,005 KG	SELAB /METROLOGIA/ 2165	26076
60	METTLER	AE200	H92306	200G	0,0001G	SELAB – LAB. DE PAPEIS/2164	19117
61	OHAUS	TP4KD	11778.XX	2000G	0,01G	SELAB – LAB. DE PAPEIS/2164	23697
62	SARTORIUS	BL 210 S	14104253	210g	0,1mg	SELAB – LAB. QUIMICO/2153	27781
63	TOLEDO	2191/FR	605502746 2	30KG	0,5KG	SELAB – LAB. DE TINTAS/DEGER/2654	3578
64	FILIZZOLA	ANALÓGICA		30 KG	0,02 KG	SELAB – LAB. DE TINTAS DEGER/2654	3719
65	FILIZZOLA	MS-30/3		30 KG	0,001 KG	SELAB – LAB. DE TINTAS/DEGER/2654	22599
66	Mark	Eletromecânica		5kg	0,01g	SELAB /SETORIAL AMOSTRAGEM - RAMAL 2523	23969
67	GEHAKA	BK 4000	1,81206E+ 13	4100g	0,01g	SELAB – LAB. DE FABR. TINTAS/DEGER/2654	34028
68	GEHAKA	BK 4000	1,81206E+ 13	4100g	0,01g	SELAB – LAB. DE FABR. TINTAS/DEGER/2654	34029
69	OHAUS	AV 264P	B33263505 8	260g	0,0001g	SELAB – LABORAT. DE TINTAS/2163	29123
70	GEHAKA	AG 200	1,90408E+ 13	200g	0,0001g	SELAB – LABORAT. DE PAPEIS/2164	33197
71	GEHAKA	BK 4000	1,9062E+1 3	4100g	0,01g	SELAB – LABORAT. DE TINTAS/2163	33198
72	SHIMADZU	AUW 220D	D30782047 6	220g	0,00001g	SELAB – LAB.QUIMICO/2153	34034
73	TOLEDO	3400	10644989	10kg	0,002kg	OFICINA DE USINAGEM/ 2707	18001





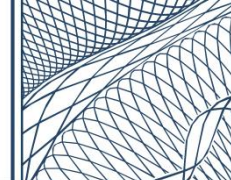
74	CG Libror	Eletromecânica		210g	0,0001g	SELAB/LABORAT. DE METALOGRAFIA/2165	20410
75	BEL	Eletromecânica		220g	0,001g	SELAB – LAB. QUIMICO/2153	36864

## 6.0. MATERIAIS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO

- 6.1 A CONTRATADA deverá fornecer todos e quaisquer materiais de consumo, necessários à perfeita execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.
- 6.2 Os serviços contarão com a lista de peças para reposição constantes deste termo (Anexo B), podendo haver ainda ressarcimento de despesas por fornecimento de peça não prevista.
- 6.3 A aquisição de peças relacionadas neste termo se dará pelo preço registrado no Anexo B, tendo como limite a quantidade ali estipulada
- 6.4 O fornecimento de materiais necessários e não inclusos na TABELA DE MATERIAL DE REPOSIÇÃO, (ANEXO B) deverá ser previamente analisado conjuntamente, entre CONTRATANTE e CONTRATADA, justificado com 03 (três) orçamentos.
- 6.5 Caso a Casa da Moeda possua em seu estoque/almojarifado algum material de utilização nas preventivas e corretivas, a preferência será a de utilização do material estocado.
- 6.6 A partir da assinatura do Contrato o Gestor está devidamente autorizado a solicitar e adquirir peças, constantes no Anexo B, de modo a atender a disponibilidade desses itens para os serviços de manutenção preventiva e corretiva.
- 6.7 Ao longo da execução dos serviços, as indicações da CONTRATADA para aquisição serão analisadas e autorizadas pelo Gestor do Contrato.
- 6.8 Todos os materiais utilizados deverão ser de qualidade adequada, isentos de defeitos, apropriados aos fins de sua aplicação.
- 6.9 Todos os materiais deverão ser submetidos previamente à aprovação da fiscalização, que se reservará o direito de rejeitá-los, caso eles estejam fora de normas e padrões.
- 6.10 A CONTRATANTE poderá impugnar qualquer material (equipamentos, peças e acessórios) que estejam em desacordo com as especificações.



- 6.11 Caso necessária a substituição de peças, componentes e materiais para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá informar previamente ao fiscal do contrato, para autorização do fornecimento conforme Anexo B – TABELA DE MATERIAL DE REPOSIÇÃO, visando a posterior cobrança.
- 6.12 Quando autorizada pela CMB a substituição de peças, a CONTRATADA deverá fornecer peças novas originais, ou similares de mesma qualidade, com aprovação prévia do fiscal do Contrato e até no máximo 20 (vinte) dias úteis após o pedido, ou conforme prazo informado pelo fabricante e concordância do Fiscal.
- 6.12.1 As peças novas terão garantia de 6 meses, ou prazo informado pelo Fabricante.
- 6.13 A CMB se reserva o direito de adquirir de outros fornecedores as peças, componentes e materiais necessários a manutenção dos equipamentos.
- 6.14 Excepcionalmente, com a finalidade de propiciar a manutenção dos equipamentos, devido a descontinuidade da peça, o gestor poderá autorizar o emprego de outras peças de reposição, desde que tenha as mesmas características técnicas, obedecendo o item 6.7 e 6.8 ou até mesmo analisar a possibilidade de reparo das peças com avaria.
- 6.15 O valor do reparo/recuperação ou substituição da peça deve estar dentro do estipulado (no item 6.18) e deve garantir que os valores aplicados são compatíveis com os praticados no Mercado.
- 6.16 A utilização excepcional de peças reconcondicionadas ou recuperadas deverá ser previamente autorizada pelo Gestor do Contrato, devidamente justificada e registrada na ficha de atendimento, com indicação do motivo impeditivo da aplicação de peças novas ou originais.
- 6.17 Autorizada e realizada a substituição de peça não relacionada no (Anexo B) contrato a CONTRATADA enviará orçamento contendo a descrição, quantidade e preço da peça. O documento será encaminhado ao Setor de Contratação DEGEC para cotação, no respectivo mercado fornecedor, apurando-se a média de mercado. Com os valores apurados, o ressarcimento da peça se fará pela média de mercado ou pelo menor preço, se este houver sido ofertado pela CONTRATADA, sendo objeto de faturamento independente de outros originados pela execução do contrato. Não será admitido ressarcimento por valor superior à média de mercado apurada. A autorização do Gestor não implica aceitação automática do valor apresentado, estando o ressarcimento condicionado à apuração de preços pela Administração.



6.18 O ressarcimento de peças não previstas no Anexo B observará o limite global de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, não podendo ser ultrapassado.

6.19 O referido limite contratual destina-se exclusivamente a atender substituições não previamente estimáveis, tais como desgaste natural, falhas ou ocorrências emergenciais, vedada sua utilização para ampliação do escopo originalmente contratado, devendo toda utilização ser precedida de justificativa técnica e autorização formal do Gestor do Contrato.

6.20 As manutenções (Preventivas e Calibrações) serão remuneradas em valor fixo, mensalmente;

6.21 As peças de reposição, constantes no **ANEXO B – LISTA DE PEÇAS DE CONSUMO E DESGASTE NATURAL** – serão ressarcidas somente quando necessárias e mediante autorização do Gestor do Contrato;

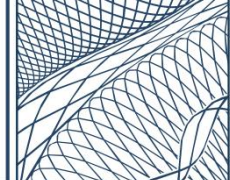
6.22 As peças substituídas deverão ser apresentadas ao gestor da CMB para posterior descarte.

#### 6.23 **ANEXO B - LISTA DE PEÇAS**

ANEXO B - LISTA DE PEÇAS PARA BALANÇAS

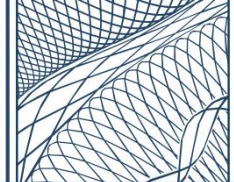
ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	QUANT.	UE	CÓD. CMB
1	Borracha apoio do prato Ref.: 6073672 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	10	UN	539518
2	Velcro macho / fêmea 020mm preto Ref.: 3492019 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	10	UN	539519
3	Painel display 9091 Ref.: 6211732 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	4	UN	539533
4	Módulo indicador Ref.: 9098007 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	539544

ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	QUANT.	UE	CÓD. CMB
------	-----------	-----------	--------	----	----------



5	PLACA PCI principal 3400 LC bat. Montada Ref.: 6202305 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	3	UN	539550
6	Fonte de alimentação AS/AL 5 pinos para balança MARTE	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541804
7	Teclado para balança GEHAKA modelo IV 2000	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541805

ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	QUANT.	UE	CÓD. CMB
8	Módulo indicador IMAX X3A ABS para balança LIDER B- 650 série 15126	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541806
9	Célula de carga BTBI 1T - balança LIDER B- 650 série 15126	BALANÇAS PARQUE FABRIL	4	UN	541807
10	Pé nivelador IMAX articulado M12 carbono para balança LIDER B- 650 série 15126	BALANÇAS PARQUE FABRIL	4	UN	541808
11	Placa fonte para balança LIDER LD 1050 para balança LIDER B – 650 série 15126	BALANÇAS PARQUE FABRIL	3	UN	541809
12	CAPA PLASTICA BEL M/L MODELO ANTIGO	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541814
13	BATERIA 6 V 1,3 A PARA BALANÇA BEL L1 6001	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541815
14	Célula de carga BTBI 2T - balança LIDER	BALANÇAS PARQUE FABRIL	8	UN	544344
15	CÉLULA DE CARGA BSPH4 50KG REF. PRIMAX	BALANÇAS PARQUE FABRIL	6	UN	544345



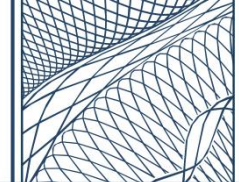
## 7. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Fica estabelecido o seguinte acordo de nível de serviço que sujeitará a contratada os descontos de acordo com a tabela abaixo:

EVENTO A SER MEDIDO	TOLERÂNCIA	LEVE	MÉDIO	CRÍTICO
Apresentação de Calendário anual	Até 10 dias uteis após a assinatura do contrato	11 a 19 dias 3%	20 a 29 dias 5%	+ 30 dias 10%
Execução do calendário	Até 10% do total de preventivas/calibrações não executadas no mês	De 10% a 30% 5%	De 30% a 50% 10%	Acima de 50% 20%
Atendimento às Corretivas em 24h, por atendimento	+ 24h	De 48h até 72h 0,5%	De 72h até 96h 1%	Acima de 96h 2%
Substituição de peças em 48h, por atendimento	+48h	De 96h até 120h 0,5%	De 120h até 144h 1%	Acima de 144h 2%

7.1 Os descontos incidirão sobre o valor total mensal da fatura/nota fiscal dos serviços e serão aplicados por evento, podendo ocorrer conjuntamente, somando-se o índice correspondente à cada falha na execução do contrato caso as ocorrências sejam verificadas no mesmo mês. Os descontos previstos neste item configuram mecanismo de ajuste proporcional de pagamento (glosa), não se confundindo com penalidade administrativa.

7.2 O desconto incidirá sobre o valor mensal da fatura/nota fiscal dos serviços referente ao mês da ocorrência. O desconto considerado crítico será mantido até o restabelecimento



da condição de operação padrão do equipamento. O descumprimento reiterado ou substancial dos níveis de serviço poderá caracterizar inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas previstas no instrumento convocatório.

7.3 O gestor do contrato deverá manter a posse dos relatórios da preventivas e corretivas para apuração das possíveis falhas e/ou abonos das ocorrências nos casos em que a ocorrência não seja imputável à CONTRATADA.

7.4 Em caso de necessidade de atualizações ou modificações de equipamentos, deverá ser informado imediatamente ao gestor do contrato da CMB para as devidas providências de aquisição. Tais atualizações ou substituições serão executadas pela CONTRATADA sem ônus à CMB.

## 8. ESPECIFICAÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os equipamentos que se apresentem sem condições atuais de uso, deverão ser avaliados as possibilidades de recuperação para colocá-los em uso.

8.2 **Não haverá limites para o número de atendimentos corretivos prestados. Todos os atendimentos preventivos e corretivos devem estar incluídos no valor mensal, sem qualquer cobrança adicional.**

8.3 **Os serviços** deverão ser realizados em **dias úteis**, de acordo com o expediente que é de **segunda a sexta-feira e no horário de 07h45min às 16h45min**, em outros horários somente mediante de autorização prévia.

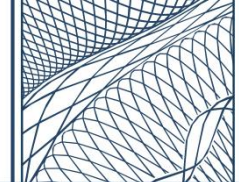
8.4 As Manutenções **Preventivas** deverão ocorrer com **periodicidade bimestral** e os **serviços de Calibração** **semestral**.

## 9. RESPONSABILIDADE

### 9.1 DA CONTRATADA

9.1.1 A contratada se compromete a manter em perfeitas condições de funcionamento os equipamentos desse presente contrato.

9.1.2 Deverá ser apresentado previamente, calendário das manutenções preventivas dos equipamentos contidos nesta especificação.



- 9.1.3 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 9.1.4 Os técnicos da contratada deverão fazer uso de EPIs nas áreas em que a segurança do trabalho da CMB avalia necessário para preservação da integridade física dos profissionais que atuam neste local e no desenvolvimento das atividades a serem executada. Os EPIs devem estar de acordo com a legislação vigente.
- 9.1.5 Fornecer ferramentas, equipamentos, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional à CMB.
- 9.1.6 Não se opor e facilitar ao responsável técnico da CMB o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.
- 9.1.7 Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço é suficiente para o bom desempenho dos serviços.
- 9.1.8 Realizar avaliação prévia do estado dos equipamentos, bem como, do local e condições em que eles estão sendo utilizados.
- 9.1.9 Registrar em formulário próprio oficial da contratada, com cópia para o gestor do contrato das intervenções realizadas; data da execução e conclusão dos serviços; responsável pela execução do serviço, de modo a possibilitar ao responsável técnico da CMB aferir o número mensal das intervenções realizadas.
- 9.1.10 Refazer todo e qualquer serviço reprovado pelo responsável técnico da CMB, sem quaisquer ônus à CMB, em decorrência de execução irregular, arcando com todos os prejuízos envolvidos.
- 9.1.11 Não subcontratar, subempreitar, ceder e transferir total ou parcialmente os serviços a serem executados, sem a anuência formal da CONTRATANTE.
- 9.1.12 Responder por qualquer dano causado às instalações e equipamentos do CONTRATANTE, responsabilizando-se pelas indenizações respectivas, independentemente de comprovação de culpa ou dolo, nos termos da legislação aplicável.
- 9.1.13 Disponibilizar profissionais habilitados para realização dos serviços prestados.
- 9.1.14 Os funcionários da Contratada deverão estar uniformizados e com crachá de identificação da empresa.
- 9.1.15 Comunicar à CMB qualquer fato ou anormalidade que porventura possa prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços prestados.





9.1.16 Serão descontados da fatura da CONTRATADA, os valores correspondentes ao número de desjejum e refeições fornecidas a seus empregados.

## **9.2 DA CONTRATANTE**

9.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução de todos os serviços ora contratados.

9.2.2 Emitir pareceres em todos os atos, relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

9.2.3 Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para execução dos serviços, quando autorizados.

## **10. PERÍODOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1 A Empresa contratada deverá comparecer para manutenção corretiva dos equipamentos no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser comunicada por e-mail, por telefone, por escrito ou pessoalmente pelo responsável da CMB.

10.2 Na manutenção corretiva ou preventiva, a empresa contratada terá de substituir, as peças que forem necessárias para o conserto do equipamento conforme descrito no item 6.12.

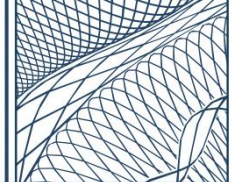
10.3 Poderá ser concedido prazo superior ao estabelecido contratualmente, desde que as razões de caráter técnicos sejam apresentadas por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

## **11. PRAZO DE GARANTIA**

Serviços realizados ou peças substituídas terão garantia de 06 (seis) meses, e no caso de reincidência deverão ser corrigidos de imediato, condicionado a um prazo máximo de 24 horas.

## **12. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado por iguais períodos ou frações, até o limite máximo de 5 (cinco) anos.



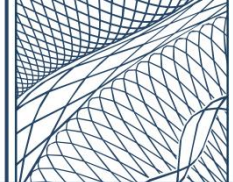
**13. PRAZO DE PAGAMENTO:** 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.

**14. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CNPJ:** 34.164.319/0005-06

**ENDEREÇO:** RUA RENÉ BITTENCOURT, 371

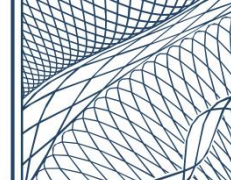
**DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ – RIO DE JANEIRO (RJ)**

**ANEXO II****CLÁUSULAS E CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

1. Fazer referência à presente licitação, com indicação do seu número de referência, em papel timbrado da licitante e, datada e assinada digitalmente (com certificado digital) pelo representante legal ou por procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
2. Não conter emendas, rasuras, entrelinhas e borrões, exceto se os mesmos forem devidamente ressalvados pelo PROPONENTE.
3. Apresentar validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da abertura da sessão pública do pregão, caso a licitante não coloque a validade em sua proposta, será considerada como aceita a validade de 60 (sessenta) dias consecutivos.
4. Apresentar detalhadamente a descrição, o preço unitário e global dos serviços ofertados, conforme abaixo:

**EQUIPAMENTOS:**

EQUIPAMENTOS DO DEMOM									
ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
1	TOLEDO	3400	3061006817	10 KG	0,001 KG	27072			
2	TOLEDO	3400	99613190	5 KG	0,001 KG	25409			
3	TOLEDO	3400	99613187	5 KG	0,001 KG	25408			
4	TOLEDO	3400	3061006816	5 KG	0,001 KG	27069			
5	TOLEDO	3400	99613188	10 KG	0,002 KG	25411			
6	TOLEDO	3400	5061010216	10 KG	0,002 KG	28969			
7	TOLEDO	3400	5061010218	10 KG	0,002 KG	28923			
8	TOLEDO	2098	10294989	60 KG	0,01 KG	37197/4179			
9	BRAPENTA	CW – PB	16761-018/11	50KG	0,001 KG	35902			
10	BRAPENTA	CW –PB	16761-01A/11	50 KG	0,001 KG	35887			
11	SARTÓRIUS	L2200S	S/Nº	2200 G	0,1G/0,01G	16524			
12	METTLER	PC16	A36139	16000 G	1 G/0,1 G	11593			
13	METTLER	PE16	48850-058-15	16000 G	0,1 G	15428			
14	SVENSKA	SWI5500	100427	15 KG	0,005 KG	38498/5504			
15	SVENSKA	SWI5500	100319	15 KG	0,005 KG	38444/5092			
16	SVENSKA	SWI5500	100431	15 KG	0,005 KG	38462/5098			
17	SVENSKA	SWI5500	110425	15 KG	0,005 KG	38480/5502			



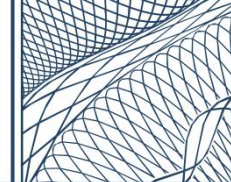
18	SVENSKA	SWI5500		15 KG	0,005 KG	38446/8316			
19	BELMARK	L16001	BE1500373	16KG	0,001KG	17825			
20	BELMARK	L303i	BR1402286	310KG	0010G	29109			
21	SVENSKA	SWI5500	110426	15 KG	0,005 KG	8310			
22	KNWaagen	KN1100/2	H0019/2018	1100g	0,5g	33895			
23	KNWaagen	KN1100/3	H0018/2019	1100g	0,5g	33896			
24	KNWaagen	KN1100/4	H0020/2020	1100g	0,5g	33897			
25	KNWaagen	KN300	H0017/2018	300g	0,001g	33185			
26	METTLER TOLEDO	XPR15002L/A	C313916297	15100g	0,01g	33750			

EQUIPAMENTOS DO DEGER									
ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
27	TOLEDO	2090	5033013785	50 KG	0,005 KG	34246			
28	LÍDER	B-650	15128	2000 KG	0,5 KG	36934			
29	FILIZZOLA	BC1505	13233	15 KG	0,005 KG	15182			
30	SARTÓRIUS	QC34EDE-S	70601727	34000 G	0,5 G	1756 - 24954			
31	SARTÓRIUS	CP34001 S		34KG		35309			
32	SISPESA	WT1000		100 KG	0,4G	22545			

EQUIPAMENTOS DO DECED									
ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
33	MICHELETTI	MIC100	75408/04	100 KG	0,02 KG	28439			
34	DIGIPESO	DP3000/15	4072/2004	15 KG	0,005 KG	28440			
35	MARTE	AC10K	264608	10000 G	0,1 G	26367			
36	LÍDER	B-650	15124	2000 KG	0,5 KG	36935			
37	METTLER TOLEDO		GS4001	4Kg	0,1g	22399			

EQUIPAMENTOS DO DEMAT									
ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
38	TOLEDO	2020	60113	50 KG	0,1 KG	17119			
39	TOLEDO	AR3130	1225440406	310 g	0,001 g	28246			
40	METTLER TOLEDO	AB204	1116392191	210g	0,1g	5639/24300			

EQUIPAMENTOS DA UNICOS/DESEG									
------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
41	TOLEDO	2124	2082004198	250 KG	0,05 KG	26855			

## EQUIPAMENTOS DO ALMOXARIFADO/ DELOG

ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
42	FILIZZOLA	BC1505	13241	15 KG	0,005 KG	15175			
43	TOLEDO	2098	10294988	60 KG	0,01 KG	37198			
44	TOLEDO	2096	4075005318	50 KG	0,005 KG	28164			
45	URANO	CP15/1	280948	15000 G	1 G	10229			
46	TOLEDO	2098	10294986	60 KG	0,01 KG	37193			
47	TOLEDO	2098	10294987	60 KG	0,01 KG	37195			
48	LÍDER	B-650	12751	3000 KG	0,5 KG	37194			
49	SATURNO	SBI-150150	100182	1500 KG	0,5 KG	37196			
50	LIDER	B650NS25039		2000 KG		25911			

## DEMAQ

ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
51	SATURNO	SBR 2404	9427	60000 KG	10 KG	36931			
52	LÍDER	B-650	15126	2000 KG	0,5 KG	36932			

## EQUIPAMENTOS DO RESTAURANTE SEZEL

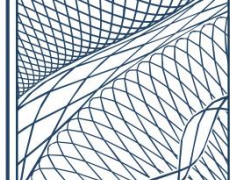
ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
53	FILIZOLA	BPS-15		15 KG	0,005 KG	36866			
54	FILIZOLA	BPS-15		15 KG	0,005 KG	36867			

## EQUIPAMENTOS CRECHE SEGBE/DEGEP

ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
55	FILIZOLA	L	484103	8kg		12554			

## EQUIPAMENTOS DEP. MÉDICO SEMST

ITEM	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
------	------------	--------	-------	--------	---------	---------	-----------------------------------	-----------------------------------	------------------------

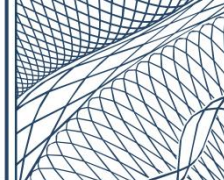


56	WELMY	W200/5	20.061	200KG	0,050 Kg	29423			
57	WELMY	W200/5	16.283	200Kg	0,050Kg	29425			
58	WELMY	W200/5	20.064	200kg	0,050Kg	316155			

EQUIPAMENTOS DO DEMAT									
5960	FABRICANTE	MODELO	SÉRIE	CAPAC.	SENSIB.	PATRIM.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO P/ 12 MESES	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO P/ 12 MESES	VALOR TOTAL P/12 MESES
59	TOLEDO	2090	1033010474	50 KG	0,005 KG	26076			
60	METTLER	AE200	H92306	200G	0,0001G	19117			
61	OHAUS	TP4KD	11778.XX	2000G	0,01G	23697			
62	SARTORIUS	BL 210 S	14104253	210g	0,1mg	27781			
63	TOLEDO	2191/FR	6055027462	30KG	0,5KG	3578			
64	FILIZZOLA	ANALÓGICA		30 KG	0,02 KG	3719			
65	FILIZZOLA	MS-30/3		30 KG	0,001 KG	22599			
66	Mark	Eletromecânica		5kg	0,01g	23969			
67	GEHAKA	BK 4000	1,81206E+13	4100g	0,01g	34028			
68	GEHAKA	BK 4000	1,81206E+13	4100g	0,01g	34029			
69	OHAUS	AV 264P	B332635058	260g	0,0001g	29123			
70	GEHAKA	AG 200	1,90408E+13	200g	0,0001g	33197			
71	GEHAKA	BK 4000	1,9062E+13	4100g	0,01g	33198			
72	SHIMADZU	AUW 220D	D307820476	220g	0,00001g	34034			
73	TOLEDO	3400	10644989	10kg	0,002kg	18001			
74	CG Libror	Eletromecânica		210g	0,0001g	20410			
75	BEL	Eletromecânica		220g	0,001g	36864			
VALOR TOTAL DE TODAS AS BALANÇAS PARA O CONTRATO DE 12 MESES R\$									

**PEÇAS SOB DEMANDA:**

ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	QUANT.	UE	CÓD. CMB	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Borracha apoio do prato Ref.: 6073672 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	10	UN	539518		
2	Velcro macho / fêmea 020mm preto Ref.: 3492019 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	10	UN	539519		
3	Painel display 9091 Ref.: 6211732 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	4	UN	539533		
4	Módulo indicador Ref.: 9098007 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	539544		



ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	QUANT.	UE	CÓD. CMB	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
5	PLACA PCI principal 3400 LC bat. Montada Ref.: 6202305 Toledo	BALANÇAS PARQUE FABRIL	3	UN	539550		
6	Fonte de alimentação AS/AL 5 pinos para balança MARTE	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541804		
7	Teclado para balança GEHAKA modelo IV 2000	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541805		

ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	QUANT.	UE	CÓD. CMB	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
8	Módulo indicador IMAX X3A ABS para balança LIDER B- 650 série 15126	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541806		
9	Célula de carga BTBI 1T - balança LIDER B- 650 série 15126	BALANÇAS PARQUE FABRIL	4	UN	541807		
10	Pé nivelador IMAX articulado M12 carbono para balança LIDER B- 650 série 15126	BALANÇAS PARQUE FABRIL	4	UN	541808		
11	Placa fonte para balança LIDER LD 1050 para balança LIDER B – 650 série 15126	BALANÇAS PARQUE FABRIL	3	UN	541809		
12	CAPA PLASTICA BEL M/L MODELO ANTIGO	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541814		
13	BATERIA 6 V 1,3 A PARA BALANÇA BEL L1 6001	BALANÇAS PARQUE FABRIL	2	UN	541815		
14	Célula de carga BTBI 2T - balança LIDER	BALANÇAS PARQUE FABRIL	8	UN	544344		
15	CÉLULA DE CARGA BSPH4 50KG REF. PRIMAX	BALANÇAS PARQUE FABRIL	6	UN	544345		
VALOR TOTAL PEÇAS							

<b>VALOR GLOBAL (BALANÇAS + PEÇAS)</b>	
--	--

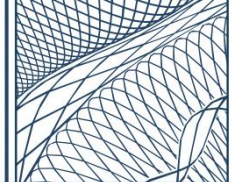
4.1. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços.

5. Informar o prazo de entrega dos serviços, conforme Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Edital.





6. Nos preços ofertados já deverão estar incluídas todas as despesas com embalagem, tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação.
7. No mesmo documento ou à parte, sob as penas da lei, declarar a inexistência de impeditivos à contratação com a CMB, notadamente:
  - 7.1. em relação ao art. 38 da Lei n.º 13.303/2016:
    - 7.1.1. não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado da CMB ou de suas subsidiárias;
    - 7.1.2. não está cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMB;
    - 7.1.3. não foi declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
    - 7.1.4. não possui sócio ou administrador que seja sócio de outra empresa que está suspensa, impedida ou declarada inidônea;
    - 7.1.5. não possui sócio ou administrador que tenha sido sócio ou administrador de outra empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e
    - 7.1.6. que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
  - 7.2. Em relação à Política de Transações com Partes Relacionadas (disponível em <https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/lai/base-juridica/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas.pdf>) declarar se é controlada ou não por:
    - 7.2.1. Superintendente, Diretor ou membro de Órgão previsto no estatuto social da CMB; ou por
    - 7.2.2. por cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o 3º grau, de qualquer pessoa referida na alínea (a) acima;
8. Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias consecutivos após apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
9. Informações complementares tais como: razão social da licitante; CNPJ; endereço completo (inclusive CEP); telefone/e-mail; número da conta bancária; Banco/Praça; agência (código e nome).



### ANEXO III

#### MINUTA DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social, etc...)

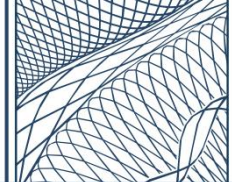
OUTORGADO: (nome e qualificação do representante)

OBJETO: representar a outorgante perante a **CASA DA MOEDA DO BRASIL**

PODERES: apresentar PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, retirar Pedidos de Compra, assim como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA



## ANEXO IV

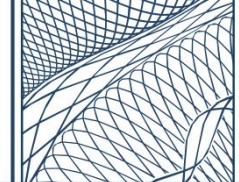
### MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº\_\_\_\_\_ QUE OBJETIVA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, MANUTENÇÃO CORRETIVA, CALIBRAÇÃO COM RASTREABILIDADE RBC E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DAS BALANÇAS INDUSTRIAIS, OPERACIONAIS E LABORATORIAIS, QUE ENTRE SI FAZEM A CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB E A #####.**

**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**, empresa pública, criada pela Lei nº 5.895, de 19/06/1973, com sede em Brasília (DF), estabelecimento fabril na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 34.164.319/0005-06, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, doravante denominada **CMB** e **####**, estabelecida na (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu (CARGO), Sr. (NOME), (qualificação do(s) representante(s) da **CONTRATADA**), tendo em vista o que consta no Processo nº 18750.009317/2025-51 e, em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da CMB resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, derivado do pregão eletrônico nº **#####**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, calibração com rastreabilidade RBC e substituição de peças das balanças industriais, operacionais e laboratoriais, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Contrato, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.



1.2. Havendo conflito entre os termos dispostos neste Contrato e as condições constantes na Proposta Comercial prevalecerá o disposto neste Contrato.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, até o limite previsto no art. 71 da Lei nº 13.303/2016, mediante acordo entre as partes.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E VALOR GLOBAL**

3.1. O valor global estimado do presente Termo de Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

3.1.1. Será acrescido ao valor supracitado o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), referente ao provisionamento de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, exclusivamente, para aquisição de peças não previamente especificadas, mas cuja necessidade venha a surgir durante a execução dos serviços.

3.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas com embalagem, tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da contratação.

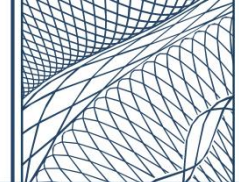
## **4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1. O pagamento será efetuado pela CMB no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento do material entregue, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.2. Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$



**Onde:**

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

4.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente na nota fiscal apresentada.

4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CMB.

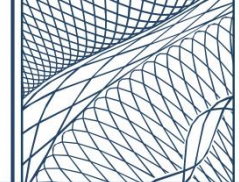
4.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência bancária para pagamento.

4.6. Antes do pagamento o gestor ou requisitante verificará a manutenção das condições de habilitação. Acaso existente irregularidade será concedido o prazo máximo de 05 (cinco) dias para a regularização ou apresentação da justificativa da impossibilidade de fazê-lo. Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente, a CMB deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.8.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147 de 2014, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



4.9. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a CMB poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas e indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O recurso orçamentário destinado à cobertura da presente contratação será extraído do orçamento da CMB aprovado para o exercício de 2026, especificamente da rubrica “Serviços de Terceiros”.

5.2. No orçamento seguinte a **CMB** consignará os recursos necessários aos pagamentos previstos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Desde que atendidos os requisitos básicos de qualidade e prazos estabelecidos no ANEXO I – Termo de Referência deste Contrato, os preços contratados poderão ser reajustados, com periodicidade anual, sendo o primeiro a contar de xx/xx/xxxx, data limite de apresentação da proposta, e os seguintes, do fato gerador anterior, com base em 90% (noventa por cento) da variação anual do IPCA (calculado e divulgado pelo IBGE), com base na seguinte fórmula:

$$PCr = PCb \times \{ 1 + [(((Vi-IPCA^{(n+11)}) / (Vi-IPCA^{(n-1)})) - 1) \times 0,9] \}, \text{ onde:}$$

PCr = Preço Contratual reajustado;

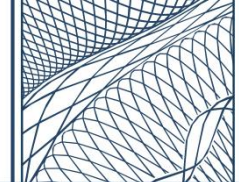
PCb = Preço Contratual base;

$Vi-IPCA^{(n+11)}$  = Valor do nº Índice do IPCA do 11º (décimo primeiro) mês seguinte ao mês base Da data limite de apresentação da proposta;

$Vi-IPCA^{(n-1)}$  = Valor do nº Índice do IPCA do mês imediatamente anterior ao mês base da data limite de apresentação da proposta;

6.2. Compete a CONTRATADA apresentar o demonstrativo de cálculo referente ao pleito de reajuste anual de preços, destinada à CMB, conforme condições estabelecidas no caput desta cláusula.

6.3. O demonstrativo de cálculo referenciado no subitem anterior será encaminhado formalmente pela CONTRATADA ao Gestor do CONTRATO, mediante correspondência com confirmação de recebimento, que providenciará a verificação prévia e emitirá manifestação quanto à conformidade ou não da Contratada no atendimento aos requisitos básicos de qualidade e prazos estabelecidos no ANEXO I – Termo de Referência deste Contrato, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de apresentação e protocolo de recebimento da correspondência da Contratada na CMB;



6.4. Após manifestação prévia do Gestor do CONTRATO, este encaminhará imediatamente o pleito da CONTRATADA ao órgão financeiro da CMB responsável pela análise de cláusulas contratuais de reajuste de preços, que efetuará análise e emissão de pronunciamento técnico em 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento, pelo órgão financeiro, da correspondência da Contratada contendo anexa a manifestação do Gestor do Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não será exigida a apresentação de garantia contratual.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. Os serviços serão prestados sob regime de execução de empreitada por preço unitário.

8.2. Em cumprimento ao art. 40, VII c/c 69 da Lei nº 13.303, de 2016, o Superintendente do Departamento de Manutenção - DEMAN da CMB designará representante, dando ciência à CONTRATADA mediante comunicação por correio eletrônico, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando no processo de acompanhamento todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CMB**

9.1. Autorizar o acesso da CONTRATADA às suas instalações, quando necessário em função do Contrato, desde que cumpridas as normas de segurança da CMB.

9.2. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do instrumento contratual.

9.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão ou empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/empregado especialmente designado;





9.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato e seus anexos;

9.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, quando for o caso.

9.9. Avaliar periodicamente a execução do contrato quanto a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa e exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade do representante legal e dos profissionais envolvidos na execução sempre que estes tenham ou passem a ter acesso a informações sigilosas.

9.10. A CMB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

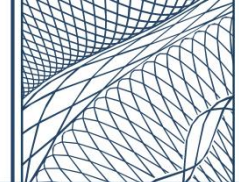
**10.1. A CONTRATADA deverá comprovar que possui certificação RBC/INMETRO OU que as calibrações serão realizadas por laboratório acreditado RBC/INMETRO, admitida a subcontratação mediante anuência formal da CMB.**

10.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, no prazo fixado neste Contrato e e/ou nos seus anexos;

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, no prazo fixado neste Contrato e e/ou nos seus anexos.



10.2.4. Reparar todos os danos e prejuízos causados à CMB ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor/Fiscal do Contrato.

10.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.2.6. Observar e fazer observar, por seus empregados e prepostos, o disposto na legislação aplicável a prestação de serviços;

10.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a vigência do Contrato;

10.2.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.2.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.2.10. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

10.2.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

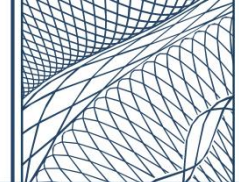
10.2.12. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela CMB;

10.2.13. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela guarda e sigilo das informações da CMB que vier a ter acesso.

10.2.14. A CONTRATADA deverá certificar-se da adoção dos procedimentos necessários ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018;

10.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

10.2.16. Não poderão beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em alguma das situações previstas no art. 17, da Lei Complementar nº 123/06, salvo se dedicarem-se exclusivamente às atividades referidas nos §§5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo;



10.2.17. A CONTRATADA deverá se submeter ao Acordo de Nível de Serviço – ANS e demais obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

10.2.18. A CONTRATADA, no prazo de 90 dias do início da vigência contratual, se compromete a adotar medidas eficazes, conforme suas políticas internas, para promover a equidade na ocupação das vagas, buscando, sempre que possível, a distribuição equilibrada entre homens e mulheres, bem como entre pessoas de diferentes raças e etnias.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Somente será aceita subcontratação para a seguinte parcela do objeto:

11.1.1. Calibração metrológica, quando realizada por laboratório acreditado RBC/INMETRO, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA principal a execução das manutenções preventivas e corretivas, bem como a gestão contratual do objeto;

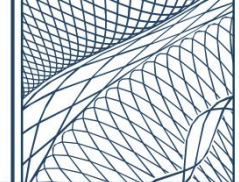
11.2. Não será admitida subcontratação ampla ou da parcela majoritária do serviço, mas apenas da atividade técnica específica que exige acreditação formal perante a RBC.

11.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação necessários para a execução do objeto.

11.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO, ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE**

12.1. Na execução do presente Contrato é vedado à CMB e à CONTRATADA e a seus empregados, prepostos e gestores: a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente instrumento; c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas



alterações, do Decreto nº 11.129/2022, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

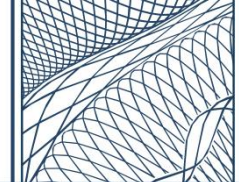
12.2. Além das disposições expressas neste contato, as partes pautarão o seu relacionamento na Integridade exigida nas relações público-privadas, rejeitando qualquer tipo de ação que resulte em vantagem indevida para agentes públicos e privados envolvidos, incluindo eventuais fornecedores, terceirizados ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas relacionadas com a cadeia de fornecimento do objeto deste contrato, assumindo pleno conhecimento e cumprimento das seguintes normas e orientações, além de outras eventualmente cabíveis:

- ❖ Lei Federal 13.303/2016 – Lei das Estatais;
- ❖ Lei Federal 12.846/2013 – Lei Anticorrupção;
- ❖ Decreto Federal 11.129/2022 - Regulamento da Lei Anticorrupção;
- ❖ Guia “Programa de Integridade – Diretrizes para Empresas Privadas” da Controladoria Geral da União (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>)
- ❖ Código de Ética, Conduta e Integridade da Casa da Moeda do Brasil: (<https://www.casamoea.gov.br/arquivos/pcmb/a-empresa/etica/codigo-de-etica/codigo-de-etica-cmb.pdf>)
- ❖ Programa de Integridade da Casa da Moeda do Brasil: (<https://www.casamoea.gov.br/arquivos/pcmb/transparencia/acesso-a-informacao/institucional/cartilha-programa-integridade.pdf>).

12.2.1 Caso possua Programa de Integridade implementado, ainda que pautado em legislação estrangeira, a CONTRATADA o fornecerá para conhecimento da CMB.

12.2.2 A CONTRATADA concorda em submeter-se a ações de diligência promovidas pelas áreas de contratações e governança da CMB relativas ao cumprimento das normas e orientações acima relacionadas, colaborando com informações e documentos que sejam solicitados, voltados para o cumprimento do programa de integridade da CMB, resguardados os sigilos financeiros, empresariais e industriais que não se relacionem com o objeto do Contrato.

12.2.3 A CONTRATADA ou qualquer um de seus colaboradores denunciará à Ouvidoria da CMB, inclusive mediante os meios de proteção e preservação de identidade cabíveis, quaisquer condutas inadequadas - consumadas, tentadas ou



propostas - relativas a vantagens ilícitas, fraudes ou qualquer prática de corrupção concernente ao relacionamento entre as partes deste contrato.

12.2.3.1 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste CONTRATO poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico [www.casamotoeda.gov.br](http://www.casamotoeda.gov.br) ou por meio de correio eletrônico [ouvidoria@cmb.gov.br](mailto:ouvidoria@cmb.gov.br)), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.

12.2.4 A CONTRATADA informará à CMB, com o detalhamento cabível, qualquer procedimento de responsabilização em decorrência de supostos atos de corrupção, no Brasil ou no exterior, que eventualmente venha a ser submetida em decorrência de legislação nacional ou estrangeira.

12.2.5 Casos de quebra de sigilo contratual ou qualquer outra hipótese de quebra de contrato, serão passíveis de indenização;

12.2.6 A transgressão a qualquer das disposições relativas ao cumprimento de normas e orientações de Integridade neste contrato e na respectiva legislação serão objeto de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, a ser instaurado pela CMB ou pela Controladoria-Geral da União – CGU, sem prejuízo das responsabilizações civis, penais e administrativas das pessoas físicas envolvidas em tais atos, bem como pela possibilidade de resolução contratual por responsabilidade do contratado.

### **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

13.1 Nos termos do art. 7º do Decreto 7.203 de 2010, fica vedada, para prestar serviços na CMB, a contratação de cônjuge, companheiro ou de parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Contratante.

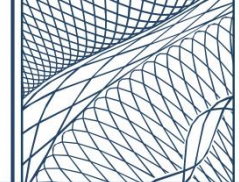
### **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

14.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 falhar ou fraudar na execução do Contrato;



14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 cometer fraude fiscal;

14.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CMB;

14.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do valor total do contrato;

14.2.3 multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil por até 2 (dois) anos;

14.3 As penalidades de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.

14.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a CONTRATADA que:

14.4.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CMB em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite do contrato.

14.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, conforme § 2º do art. 82 e § 2º do art. 83 da Lei n.º 13.303, de 2016.

14.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.





14.8 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303, de 2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

14.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

14.10 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.

14.10.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos dos artigos 82, §§ 2º e 3º e 83, § 1º, da Lei nº 13.303, de 2016.

14.11 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue assinado digitalmente pelo representante da contratada ou seu procurador devidamente constituído, em até 10 (dez) dias úteis, contrarrecibo, ao Departamento de Contratações (DEGEC), que o receberá através da Seção de Emissão de Contratos (SEECT) pelo e-mail [seect@cmb.gov.br](mailto:seect@cmb.gov.br).

## 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1 O presente Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, bem como nos demais casos legais.

15.2 Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, a CMB poderá rescindir o contrato na hipótese prevista no artigo 82, § 1º da Lei nº 13.303, de 2016, e na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto.

15.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

## 16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1 É vedado à CONTRATADA:

16.1.1 transferir, ceder, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais **CLÁUSULAS** estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da **CMB**.



16.1.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CMB**, salvo nos casos previstos em lei.

## **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

17.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO MEIO AMBIENTE**

18.1 A CONTRATADA deverá apresentar sua respectiva licença ambiental de operação compatível com a(s) atividade(s) solicitada(s) no edital, conforme o disposto no inciso III, artigo 8º da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 237, de 19 de dezembro de 1997;

18.2 A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos utilizadores e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental, conforme artigo 10º da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

18.3 Considera-se licenciamento ambiental o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos que se utilizem de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

18.4 Cabe aos órgãos ambientais competentes (Órgãos Federal, Estadual ou Municipal) a definição das atividades descritas ou dos empreendimentos descritos no item acima, conforme incisos XIV dos artigos 7º, 8º e 9º da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011;

18.5 Será obrigatória a apresentação das demais Certidões, Autorizações e Licenças previstas na legislação ambiental, que tenham a função de substituir a Licença de Operação, as quais deverão ter sido emitidas pelos órgãos ambientais competentes, conforme artigos 9º e 12 da Resolução CONAMA nº 237/1997;





18.6 A CONTRATADA que, conforme Legislações Ambientais Federal, Estadual e Municipal do local onde se encontra instalada, for enquadrada como isenta de licenciamento ambiental para as atividades realizadas pela empresa, deverá apresentar o(s) documento(s) emitido(s) pelo(s) órgão(s) ambiental(is) competentes(s) para comprovação de tal isenção.

18.7 Caberá à CMB realizar diligências para dirimir eventuais dúvidas.

## **19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS**

19.1 Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes contidas nos normativos da CMB que orientam este assunto, em especial a POL-GOV.001 - Política de Proteção de Dados Pessoais (<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/lai/base-juridica/politica-de-protecao-de-dados-pessoais-e-divulgacao-de-informacoes.pdf>), além da observância dos termos da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

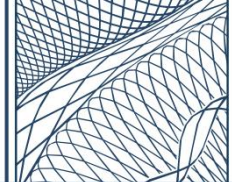
19.1.1 Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pela CMB.

19.2 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018), assumindo toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que eventualmente realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

19.2.1 A CONTRATADA está ciente de que a CMB, em virtude da natureza de suas atividades, adota controles rígidos para acesso físico às suas unidades industriais, abrangendo o tratamento de dados pessoais para verificações prévias e registros de acesso, inclusive mediante câmeras, e, se necessário, inspeção de cargas e pertences pessoais.

## **20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

20.1 Os casos omissos serão decididos pela CMB, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



## 21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1 Incumbirá à CMB providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

## 22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 1 (uma) via eletrônica, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente para produzir seus jurídicos e legais efeitos, pelos representantes das partes, **CMB** e **CONTRATADA**:

### CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

--	--

### CONTRATADA

--	--